



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

**TERMO DE REFERÊNCIA – REFORMA DA PRAÇA DA NOSSA
SENHORA DA CONCEIÇÃO NO MUNICÍPIO DE BARRA DE
SANTO ANTÔNIO/AL**



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

BARRA DE SANTO ANTÔNIO – AL
TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n.º **20261002001**

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para prestar serviços de **REFORMA DA PRAÇA DA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO NO MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO/AL**, na forma estabelecida nas planilhas de serviços com custo referencial do **SINAPI/ORSE**, e conforme condições deste Termo de Referência, **restrita às edificações intralote** (fundações, estrutura, alvenarias, coberturas, esquadrias, revestimentos, impermeabilizações, pintura, instalações elétricas e hidrossanitárias internas, louças e metais e demais itens previstos em projeto).
- 1.2. **Delimitação do escopo (exclusões)** Ficam **expressamente excluídos** desta contratação: **terraplenagem/movimentação de terra, infraestrutura urbana externa** e de urbanização do conjunto (abertura/pavimentação de vias, drenagem urbana, redes públicas **externas** de água e esgoto, meio-fio, calçadas/passeios públicos, energia e iluminação pública, paisagismo e mobiliário urbano), os quais são de **responsabilidade do Município** e não integram o presente objeto.

2. DA JUSTIFICATIVA

- 2.1. A reforma da **Praça Nossa Senhora da Conceição**, localizada no município de **Barra de Santo Antônio – AL**, justifica-se pela necessidade de melhoria das condições de uso, conservação e segurança do espaço público destinado ao lazer e convivência da população.
- 2.2. Atualmente, a praça apresenta sinais de desgaste decorrentes do uso contínuo e da ação do tempo, tornando necessária a realização de intervenções que possibilitem a requalificação da infraestrutura existente. A reforma tem como objetivo promover melhorias na pavimentação, com a implantação de **piso intertravado e piso em granilite (marmorite)**, além da modernização do sistema de **iluminação pública com luminárias em LED e iluminação decorativa embutida no piso**.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

- 2.3. Também estão previstas adequações voltadas à **acessibilidade**, em conformidade com a **ABNT NBR 9050**, garantindo melhores condições de mobilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O projeto contempla ainda a implantação de **mobiliário urbano, como bancos em concreto com encosto**, proporcionando maior conforto aos usuários.
3. Dessa forma, a reforma busca promover a **requalificação do espaço urbano**, tornando a praça um ambiente mais seguro, acessível e adequado para o lazer e convivência da comunidade, contribuindo para a valorização do patrimônio público e para a melhoria da qualidade de vida da população.

2.1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

- 2.1.01. **Fundamentação:** Demonstração da previsão da contratação no **Plano de Contratações Anual**, quando elaborado, indicando seu alinhamento com o planejamento da Administração (**inciso II do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021**), bem como com a política municipal.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 3.1. O presente processo administrativo consubstancia-se nas legislações pertinentes, Lei nº 14.133/2021, Lei 6.496/1997, Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), Lei Federal nº 13.709/2018, Decreto Federal 11.462/2023, Norma ABNT NBR 9050/2015, bem como, pelas normas e condições estabelecidas neste instrumento:
- 3.2. A contratação de serviços de engenharia para a **reforma da Praça Nossa Senhora da Conceição**, localizada no município de **Barra de Santo Antônio – AL**, faz-se necessária diante da necessidade de recuperação e melhoria da infraestrutura do espaço público, visando proporcionar melhores condições de uso, segurança e acessibilidade à população.
- 3.3. Com o passar do tempo e o uso contínuo, áreas de convivência como praças públicas sofrem desgaste natural em seus elementos construtivos, tornando indispensável a realização de intervenções para manutenção, modernização e adequação às normas técnicas vigentes.
- 3.4. A reforma contemplará a implantação de **pavimentação em piso intertravado e piso em granilite (marmorite)**, instalação de **bancos em concreto com encosto**, além da modernização do sistema de **iluminação pública com luminárias em LED e iluminação**



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

decorativa embutida no piso, bem como a adequação das áreas de circulação para garantir **acessibilidade conforme a ABNT NBR 9050**.

- 3.5. Dessa forma, a contratação dos serviços de engenharia é necessária para garantir a correta execução das melhorias previstas, assegurando que a obra seja realizada de acordo com os padrões técnicos exigidos, contribuindo para a valorização do espaço urbano e para a melhoria da qualidade de vida da população do município.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. De acordo com o TCU, “o serviço de construção de edificações padronizadas é considerado serviço comum de engenharia, não apresentando complexidade, possuindo padrões de desempenho e qualidade que podem ser definidos de forma precisa e suficientemente clara, por meio de especificações usuais de mercado, conforme prevê a Lei nº 14.133/2021.

5. DA MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

- 5.1. O procedimento para contratação do objeto será realizado mediante licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, preferencialmente em sua forma **ELETRÔNICA**, pois o serviço de construção de edificação, por possuir padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, cujo critério de julgamento será **MENOR PREÇO**, apurado com base no critério de julgamento ofertado sobre as tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI referente ao Estado do Alagoas, obtido durante disputa entre os fornecedores participantes do certame licitatório, conforme condições previstas neste Instrumento, com o regime de execução **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, adotado o **modo de disputa aberto**, com intervalo de lance de no mínimo **R\$ 100,00 (cem reais)**, de acordo com material técnico disposto nos autos deste processo, nos termos do art. 6º, XXXVIII, a, da Lei Federal nº. 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

Av. Pedro Cavalcante 617, Centro, CEP: 57925-000 - Barra de Santo Antônio/AL
CNPJ: 12.262.713/0001-02



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

XXXVIII - Concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

a) menor preço;

5.2. Dispensa-se ainda a matriz de risco, haja tratar-se de contratação de Obras e Serviços Comuns de Engenharia. A obrigatoriedade desta ferramenta é apenas para contratação de Obras e Serviços de Engenharia de grandes vultos: aqueles cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

5.3. As taxas de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) são regidas pelo ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU, na qual estabelece para construção de edifícios um BDI máximo de **26,41%**. No caso de empresa desonerada será adicionado e aplicada a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) de 4,5%. A Lei nº 12.546/2011 autoriza as pessoas jurídicas relacionadas nos artigos 7º e 8º, substituir a contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamento pela contribuição sobre a receita bruta. Na “desoneração da folha de pagamento”, a empresa que opta por recolher a Contribuição Previdenciária com base na Receita Bruta (até 4,5%) deixa de pagar 20% sobre a folha de pagamento.

6. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E VALOR ESTIMADO

6.1.1 As especificações dos serviços terão como base os cadernos técnicos do SINAPI, recomendações dos fabricantes e especificações de planilha. A contratação visa a prestação de serviços de engenharia civil, **para prestar serviços de REFORMA DA PRAÇA NO MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO/AL.**

Item	Descrição dos Serviços	Valor Estimado (R\$)	Valor ofertado (R\$)
------	------------------------	-------------------------	-------------------------



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

1	Contratação de empresa especializada, para prestar serviços de REFORMA DA PRAÇA NO MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO/AL.	R\$ 610.132,88	
----------	---	-----------------------	--

7. DO PERCENTUAL DE DESCONTO (TABELA SINAPI) E DA BONIFICAÇÃO DE DESPESAS INDIRETAS (BDI):

7.1 A tabela SINAPI a ser considerada será a DESONERADA;

7.2 O percentual de desconto a ser ofertado pela empresa sobre os serviços executados será baseado nos preços da tabela SINAPI, referente ao período de execução/prestação dos serviços orçado em planilha, do qual também será calculado o BDI.

7.3 O pagamento da prestação dos serviços incidirá sobre a tabela SINAPI de execução dos serviços.

7.4 Após a execução do(s) serviço(s) a empresa apresentará uma planilha contendo: a ordem (com a indicação da Ordem de Serviço); o código SINAPI; a descrição do serviço (conforme a tabela SINAPI); a unidade (comprimento, massa, volume, capacidade, tempo, etc); a quantidade utilizada (mensurada por número cardinal até a segunda casa decimal), caso necessário se fará o arredondamento matemático; preço unitário ou por composição de acordo com o valor da tabela SINAPI (referente ao mês de execução); valor do desconto (calculado sobre o valor da tabela SINAPI); preço unitário/composto com desconto; subtotal = preço unitário/composto vezes a quantidade utilizada (até a segunda casa decimal); valor do BDI (calculado sobre o subtotal); valor total (subtotal mais o valor do BDI);

7.5 A contratante ou fiscal do contrato terá até cinco dias úteis para conferir a tabela e, posteriormente, requerer a emissão da nota fiscal junto à empresa

8. DA VISTORIA

8.1. É facultada aos licitantes a realização de vistoria nos locais de execução dos serviços



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

relacionados nas dependências das Unidades Ministeriais; sejam da capital ou do interior, caso haja interesse, as datas e horários deverão ser previamente agendados no Departamento de Arquitetura e Engenharia.

- 8.2. As vistorias deverão ser realizadas até o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis antes da abertura das propostas e os representantes dos licitantes serão acompanhados por um servidor previamente designado pelo Setor de Engenharia do Município.
- 8.3. As empresas licitantes têm o direito à vistoria prévia, porém, a interessada deverá decidir se arcará com o ônus de tal operação ou assumirá o risco de uma avaliação menos acurada;
- 8.4. É vedado à empresa vencedora fazer quaisquer reclamações posteriores ou requerer aditivos, alegando desconhecimento de detalhes específicos dos ambientes de cada imóvel pertencente ao Poder Público licitante;
- 8.5. A empresa que optar pelo disposto no item acima, aceitará tacitamente todas as condições e adversidades que possam existir para a instalação dos equipamentos e prestação dos serviços licitados nos locais descritos nos respectivos itens, sem nenhum ônus à Administração.

9. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 9.1 Observando o disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, o recebimento do objeto desta contratação será realizado da seguinte forma:
 - 9.1.1. **Provisoriamente**, em até 15 (quinze) dias, contados da data da comunicação, por escrito, da conclusão dos serviços pela Contratada, após a realização de vistoria pela Fiscalização;
 - 9.1.2. **Definitivamente**, em até 90 (noventa) dias contados da vistoria, mediante a lavratura de termo de aceite, assinado pelas partes, para que seja configurado o recebimento definitivo, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.
- 9.2 Se após o Recebimento Provisório for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à Contratada, o prazo para a efetivação do Recebimento Definitivo será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das impropriedades detectadas.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

- 9.3 Durante o prazo de garantia, a Contratada ficará obrigada a reparar quaisquer defeitos relacionados à má execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a Contratante.
- 9.4 O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia previsto para o serviço.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - PROFISSIONAL E OPERACIONAL:

- 10.1. Como qualificação técnica, a licitante deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, a seguinte documentação:
- 10.2. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedido pelo CREA, competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove ramo de atividade (modalidades de atuação), relacionada ao objeto licitado. A licitante deverá apresentar certidões de registro de responsáveis técnicos nas seguintes categorias:
- 01 (um) Engenheiro Civil;
 - 01 (um) Engenheiro Ambiental;
 - 01 (um) Algum dos profissionais acima deverá possuir especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho.
- Obs.: Para cada função técnica deverá ser apresentado profissionais diversos, não podendo o mesmo profissional técnico ser indicado para duas ou mais funções, com exceção da especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho.
- 10.3. A vinculação será caracterizada através da apresentação de cópia autenticada da carteira de trabalho, no caso de empregado, ou do contrato social, no caso de sócio, ou ainda, contrato de prestação de serviços, celebrados de acordo com a legislação civil comum e, caso dito contrato ainda não tenha sido firmado, **por meio de compromisso formal de futura contratação e carta de anuência do profissional indicado, devidamente assinado pelas partes.**
- 10.4. Se esta Certidão for emitida via internet, a aceitação dependerá da possibilidade de verificação de sua autenticidade pelo mesmo meio (internet);



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

- 10.5. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data de entrega da proposta, profissional de nível superior, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica em nome da licitante por execução de serviços e obras similares ao objeto dessa licitação, expedidas pelo CREA ou CAU, através da Certidão de Acervo Técnico – CAT.
- 10.6. Na(s) certidões(s) deverá(ão) estar contemplados também no mínimo 50% da quantidade dos seguintes serviço(s) de maior relevância técnica significativo, como descritos a seguir:

DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	50%
EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR M2 NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022	M2	1.007,76	503,88
Tapume com telha metálica. af_03/2024	M2	343,34	171,67
PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA EM AMBIENTES INTERNOS, COM ESPESSURA DE 8 MM, INCLUSO MISTURA EM BETONEIRA, COLOCAÇÃO DAS JUNTAS, APLICAÇÃO DO PISO, 4 POLIMENTOS COM POLITRIZ, ESTUCAMENTO, SELADOR E CERA. AF_06/2022	M2	310,29	155,145

- 10.7. A comprovação da aptidão será feita por Certidão de Acervo Técnico- CAT expedida pelo CREA / CAU e por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado devidamente registrados na respectiva entidade de classe.
- 10.8. O profissional que não estiver elencado no hall de responsáveis técnicos da Certidão de Registro da pessoa jurídica, e apresentar comprovação técnico profissional para atendimento ao item 10.05 e 10.06, deverá anexar a devida Certidão de Registro na entidade de classe competente, e comprovar vínculo com a empresa.
- 10.9. A vinculação será caracterizada através da apresentação de cópia autenticada da carteira de trabalho, no caso de empregado, ou do contrato social, no caso de sócio, ou ainda,



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

contrato de prestação de serviços, celebrados de acordo com a legislação civil comum e, caso dito contrato ainda não tenha sido firmado, por meio de compromisso formal de futura contratação e carta de anuência do profissional indicado.

10.10. É vedada a indicação de um mesmo profissional técnico por mais de uma empresa licitante

10.11. A execução deverá ser conduzida, obrigatoriamente, sob responsabilidade técnica dos profissionais cujos atestados forem apresentados pela licitante para comprovação da capacidade técnico-profissional, em atendimento ao item 10.1.3.

10.12. Somente será admitida a substituição de profissional detentor de atestado apresentado na fase de habilitação por outro com experiência equivalente ou superior. A proposta de substituição de profissional deverá ser feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá a indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico, e acompanhada da baixa da ART do profissional que está sendo substituído. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela CONTRATANTE.

10.13. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas, não cabendo qualquer alegação ou recurso.

10.14. Declaração de que os profissionais apontados como responsáveis técnicos da licitante, no momento da licitação, farão o acompanhamento dos serviços, comparecendo frequentemente ao local e quando da vistoria realizada pelos fiscais do Contratante.

10.15. Outros Documentos

10.15.01. Declaração, dando ciência de que cumpre(m) plenamente os requisitos de habilitação, na forma do inciso I, do artigo 63, da Lei 14.133/2021;

10.15.02. Declaração, de que se enquadra como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Cooperativas e/ou equiparados não havendo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

10.15.03. Declaração, de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

- 10.15.04. Declaração, de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos;
- 10.15.05. Declaração, de Elaboração Independente de Proposta;
- 10.15.06. Declaração de que não possui em seus quadros, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membros e Servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento desta Instituição, bem como a prestação de serviço por empregado de empresa fornecedora de mão-de-obra que se enquadre na situação citada acima; que a proposta foi elaborada de acordo com artigo 55 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.15.07. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 10.15.08. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para mulheres vítimas de violência doméstica, conforme disposto no art. 25 § 9º, inc. I da Lei nº 14.133/2021.
- 10.15.09. que possui, ou que até a assinatura do respectivo contrato possuirá em Alagoas - AL, sede ou filial da empresa, com Instalações, aparelhamento e ferramental adequado e disponível para a prestação e Assistência Técnica exigida no presente Termo de Referência, sendo que, a critério da Prefeitura Municipal de BARRA DE SANTO ANTÔNIO - Alagoas, tais instalações estarão sujeitas a vistoria técnica;
- 10.16 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 10.17 A documentação exigida deverá ter validade no mínimo até a data prevista para abertura do Pregão Eletrônico. Se o prazo de validade das Certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo de validade é o seguinte à sua emissão).



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1 Designar preposto com amplos poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos os assuntos operacionais e administrativos relativos ao objeto do contrato;
- 11.2 O preposto designado deverá deixar endereços, telefones (fixo e celular) e e-mail, com o fiscal do serviço.
- 11.3 O referido preposto deverá possuir especialização da área demandada, dentre as quais; técnico em edificação, engenheiro ou arquiteto com a devida experiência; haja vista, serviços de natureza diversa durante a execução do serviço.
- 11.4 Responder, em relação aos empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais quais: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, distribuição de vale-refeição, vales-transportes e outras exigências fiscais, sociais ou trabalhistas;
- 11.5 Responder por quaisquer danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato;
- 11.6 Manter os empregados devidamente identificados, devendo substituí-los imediatamente caso sejam considerados inconvenientes a boa ordem e as normas disciplinares da Administração;
- 11.7 Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada pelos empregados nas instalações da Administração;
- 11.8 Comunicar a Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente;
- 11.9 Prestar à Administração esclarecimentos que julgar necessários para boa execução do contrato;
- 11.10 Manter, durante a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.11 Responsabilizar-se pelos seguintes encargos, em especial: fiscais, comerciais, previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que não mantém nenhum vínculo empregatício com a Administração contratante;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

- 11.12 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, disponibilizando todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários;
- 11.13 Reparar, corrigir, remover e refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução ou do uso de materiais de má qualidade;
- 11.14 Indenizar o Contratante, pelo justo valor, quando ocorrerem danos, avarias, extravios e inutilização de objetos de sua propriedade ou de terceiros, decorrentes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, estando garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório;
- 11.15 Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtornos para o Poder Executivo Municipal de BARRA DE SANTO ANTÔNIO/AL, devendo, para tanto, programar a sua execução em conjunto com a Fiscalização, podendo ser realizado em finais de semana e feriados.
- 11.16 Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e prevenção de acidentes no desempenho dos serviços;
- 11.17 Proceder à limpeza e retirada de entulhos dos locais de trabalho, após a execução de serviços;
- 11.18 Fornecer, além de uniforme, equipamentos de proteção individual – EPI's e coletivos - EPC's a todos os empregados cujas atividades exijam, de acordo com as normas de segurança em vigor;
- 11.19 Arcar com o transporte de pessoal e de todo o material necessário à execução dos serviços;
- 11.20 Não vincular, sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento efetuado pelo PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO/AL;
- 11.21 Apresentar, por ocasião da execução dos serviços a serem prestados ao PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO/AL, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada no CREA, conforme Art. 127, § 4º, Lei 13.309, de 09 de agosto de 2010;
- 11.22 Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988, quanto à



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1 Permitir acesso dos empregados da Contratada ao local de execução dos serviços;
- 12.2 Impedir que terceiros estranhos ao contrato prestem os serviços objeto da licitação;
- 12.3 Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
- 12.4 Solicitar reparação do objeto do contrato que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito;
- 12.5 Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato, sendo que essa fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade do contratado;
- 12.6 Efetuar o pagamento do valor constante na nota fiscal eletrônica/fatura, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados do recebimento da nota fiscal eletrônica devidamente atestada;
- 12.7 Notificar a empresa sobre eventuais atrasos na execução dos serviços e/ou descumprimento de cláusulas previstas neste Termo de Referência ou no Edital.
- 12.8 Aplicar ao fornecedor registrado as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, em caso de descumprimento contratual.
- 12.9 Observar para que, durante a vigência contratual, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

13. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS E MATERIAIS

- 13.1 A denominada garantia é a obrigação de reparar/consertar/substituir objeto ou bem, podendo incidir por força de lei e/ou por vontade das partes. Configura-se assim, dois tipos distintos de garantia, uma denominada legal e a outra contratual, conforme a seguir:
- 13.2 Independentemente da vigência do contrato, os **serviços executados** deverão ter garantia mínima de **5 (cinco) anos**, contados do Recebimento Definitivo dos serviços.
- 13.3 O empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de **05**



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

(cinco) anos, pela solidez e segurança do trabalho, conforme art. 618 do Código Civil de 2002.

13.4 Nos casos dos defeitos construtivos, o Código de Defesa do Consumidor diz que o reclamante tem um prazo prescricional de 05 (cinco) anos para apresentar judicialmente sua pretensão de reclamar em juízo dos danos, ou seja, dos prejuízos resultantes de um fato do produto ou serviço, portanto um defeito.

14. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

14.2 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das falhas ou dos defeitos observados.

14.3 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

14.4 O fiscal exercerá todos os atos necessários à verificação do cumprimento do Projeto e das Especificações, tendo livre acesso a todas as partes do serviço, inclusive depósitos de materiais; para isto, deverão ser mantidos em perfeitas condições, a juízo da fiscalização todos os locais necessários à vistoria dos serviços em execução.

14.5 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

14.6 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

14.7 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

15. DOS IMPEDIMENTOS

15.1 É vedada a contratação de empresa cujo sócio, proprietário ou acionista seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membros e Servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento desta Contratante, bem como a prestação de serviço por empregado de licitante fornecedora de mão-de-obra que se enquadre na situação citada acima.

16. DO PAGAMENTO

- 16.1. O pagamento do valor constante na nota fiscal eletrônica/fatura deverá ser realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados do recebimento da nota fiscal eletrônica devidamente atestada.
- 16.2. A contratada deverá encaminhar, juntamente com a nota fiscal, a comprovação de regularidade fiscal perante: a Receita Federal; Estadual; Municipal, ao Fundo de Garantia por tempo de serviço; Justiça do Trabalho;
- 16.3. Os documentos acima descritos poderão ser solicitados pela Contratante, a qualquer momento, caso entenda necessário;
- 16.4. A Nota fiscal/fatura deverá conter a descrição do objeto detalhado nos termos da proposta homologada.
- 16.5. A CONTRATADA deverá encaminhar junto com a nota fiscal o Documento de arrecadação municipal (DAM) e o comprovante de pagamento referente ao recolhimento de Imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISSQN) no município da execução dos serviços.

17. DAS ALTERAÇÕES E DO REAJUSTAMENTO

- 17.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 17.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

- 17.3** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 17.4** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 17.5** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 17.6** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, do IPCA (índice Nacional de Custo de Construção) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 17.7** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 17.8** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulg(ado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 17.9** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 17.10** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

- 17.11 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 17.12 O reajuste será realizado por apostilamento
- 17.13 Durante a vigência do contrato, os preços contratados poderão ser reajustados anualmente, contado a partir da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que esta se referir, conforme índice oficial setorial previsto na legislação vigente, nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133/2021, mantendo-se inalterado o percentual de desconto fixado na proposta vencedora.

18. DA ANTICORRUPÇÃO

- 18.1 Para execução do presente instrumento a Contratante e a Contratada deverão observar o disposto na Lei nº 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.420/2015.
- 18.2 Fica vedado as partes signatárias deste instrumento oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de
- 18.3 Quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma e observando sempre a legislação pertinente.

19. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 19.1. As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente edital com comprometimento na proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e do livre desenvolvimento da personalidade da



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

pessoa natural, relativos ao tratamento destes dados em meios físicos e digitais.

- 19.2. Para efeitos legais, o Poder Executivo Municipal de BARRA DE SANTO ANTÔNIO/AL, figura na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos à Contratada para tratamento, sendo esta enquadrada como Operador dos dados. Em relação aos dados próprios de suas atividades e tratamento, a Contratada será a Controladora destes;
- 19.3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará à Contratada, seus empregados e prepostos na obrigação de sigilo, cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da LGPD;
- 19.4. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do Poder Público licitante, com a responsabilização da Contratada na obtenção do consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste edital, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, não afastadas as penalidades aplicáveis nos termos da LGPD;
- 19.5. A Contratada deverá fornecer conhecimento formal aos seus empregados e prepostos das obrigações, deveres, sanções e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do deste Poder Executivo Municipal, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata este item;
- 19.6. A LGPD permite a conservação dos dados pessoais tratados e operados pela Contratada após a finalização do tratamento para o qual foram coletados nos casos listados a seguir, no mais, estes deverão ser eliminados:
- 19.6.01. Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo Controlador;
- 19.6.02. Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

dados pessoais;

- 19.6.03. Uso exclusivo do Controlador, sendo vedado o seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados;
- 19.7. A Contratada cooperará no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e demais legislações e regulamentações do tema em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário e Órgão de controle administrativo em geral;
- 19.8. O Encarregado de dados indicado pela Contratada manterá contato formal com o Encarregado de dados pelo contrato indicado por este Poder Executivo Municipal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes;
- 19.9. Para casos considerados omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à Contratada, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos ao setor responsável para que decida previamente sobre a questão;
- 19.10. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste Termo e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD. A Contratada cooperará com o PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO/AL no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e demais legislações e regulamentações do tema em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público Federal, ANPD e Órgão de controle administrativo em geral.
- 19.11. O Encarregado de dados indicado pela Contratada manterá contato formal como Encarregado de dados pelo contrato indicado pelo PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO/AL, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
- 19.12. Para casos considerados omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à Contratada, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

submetidos ao setor responsável no PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO/AL para que decida previamente sobre a questão.

19.13. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido no Termo de Referência e também de acordo com o que dispõe a seção III, Cap. VI da LGPD.

20. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

20.1. Conforme disposto no art. 84, da Lei nº 14.133/2021, o prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, desde que comprovado a necessidade.

21. DAS GARANTIAS

21.1. Garantia da Proposta

21.2. Antecedente a abertura das propostas, o licitante deverá anexar na plataforma a proposta inicial impressa, compreendendo **CARTA PROPOSTA, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CORONOGRAMA, COMPOSIÇÕES UNITÁRIAS, BDI, ENCARGOS SOCIAIS E DECLARAÇÕES**, devidamente assinada por quem de direito, **para análise da equipe técnica quanto a sua conformidade com o projeto básico**, juntamente com Garantia de Proposta, no montante de 1,0% (um por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do artigo 58, caput e §1º, da Lei nº 14.133/2021, como requisitos de pré-habilitação.

21.2.01. A garantia da proposta deverá ser apresentada em uma das modalidades legalmente admitidas, observando-se o valor, o prazo de validade e as demais condições estabelecidas no instrumento convocatório.

21.2.02. A ausência da garantia da proposta implicará **inabilitação automática** da licitante.

21.3. Garantia Adicional

21.3.01. Na fase de apresentação e julgamento das propostas, **caso a empresa licitante apresente desconto superior a 15% (quinze por cento)** em relação ao valor estimado da contratação, **será obrigatória a apresentação de garantia adicional**, como forma de assegurar a exequibilidade da proposta e a fiel execução do objeto.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

- 21.3.02. O prazo para apresentação da garantia adicional será de 02(dois) dias úteis, a contar da convocação no chat, pelo Agente de Contratação, sob pena de desclassificação da proposta.
- 21.3.03. A garantia adicional deverá ser apresentada **antes da adjudicação**, no prazo e na forma definidos no edital, observando-se as modalidades legalmente permitidas.
- 21.3.04. A não apresentação da garantia adicional no prazo estabelecido implicará a **desclassificação da proposta**, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 21.3.05. A exigência da garantia adicional tem por finalidade mitigar riscos de inexecutabilidade, atrasos na execução e prejuízos à Administração Pública, especialmente considerando a complexidade e a relevância da execução da reforma da praça.

22. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 22.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto limitado a 30% (trinta por cento), respectivamente, do valor total do contrato, nas seguintes condições:
- 22.2. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;
- 22.3. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, através do seu Fiscal Designado, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução plena do objeto.
- 22.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 22.5. É plenamente e tecnicamente justificável a permissão de subcontratar parcialmente os serviços a serem contratados, haja vista a vasta variedade de serviços de engenharia que necessita este PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO/AL cotidianamente, além do fato que é economicamente mais viável a subcontratação de determinados serviços tendo em vista os aspectos regionais e



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

geográficos, trazendo muitas vezes economicidade à Administração Pública.

23. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 23.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 24.1.01. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 24.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 24.3. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 24.4. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 24.5. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 24.6. deixar de apresentar amostra;
- 24.7. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 23.7.1 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 24.8. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração;
- 24.9. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 24.10. fraudar a licitação



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

24.11.comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 24.11.01. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 24.11.02. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 24.11.03. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 24.11.04. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 24.11.05. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

24.12. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 24.12.01. advertência;
- 24.12.02. multa;
- 24.12.03. impedimento de licitar e contratar e
- 24.12.04. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

24.13. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

- 24.14. A multa será recolhida em percentual de 20% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 24.15. Para as infrações previstas nos itens 23.1.13.1, 23.1.13.2 e **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.
- 24.16. Para as infrações previstas nos itens 23.1.10, 23.1.11, 23.1.12, 23.1.12.4 e 23.1.12.5, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.
- 24.17. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 24.18. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 24.19. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 23.1.1, 23.1.3 e 23.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo de Maceió/AL, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 24.20. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 23.1.10, 23.1.11, 23.1.12, 23.1.12.4 e 23.1.12.5, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 23.1.1, 23.1.3 e 23.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 24.21. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

- 24.22. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 24.23. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 24.24. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 24.25. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 24.26. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referências não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados a Administração Pública do Poder Executivo de BARRA DE SANTO ANTÔNIO/AL.

25. DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 25.1. Deverão ser observados as demais leis, decretos, normas e regulamentos pertinentes às contratações públicas, no que não conflitarem com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 25.2. Se houver divergência entre o objeto especificado neste Termo de Referência e a proposta da empresa vencedora, prevalecerá as especificações contidas neste Instrumento.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

- 25.3. As empresas deverão possuir ou providenciar o cadastro de credor junto à Secretaria de Fazenda do Estado de Alagoas– SEFAZ/AL, para emissão de nota de empenho.

26. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 26.1. Quando da contratação, para fazer face à despesa, será emitida Declaração do Ordenador da Despesa de que a mesma tem adequação orçamentária e financeira com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

SECRETARIA: 09- Secretaria Municipal de Assistência Social

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0012 – Secretaria Municipal de Assistência Social Funcional. Programática: 16.482.0009.1003 – CONSTRUÇÃO E REFORMA DE CASAS POPULARES

Elemento de Despesa: 3.4.4.9.0.51. Obras e Instalações

BARRA DE SANTO ANTÔNIO - Alagoas, 12 de março de 2026.

Yuri Ribeiro de Lira Cano

Engenheiro Civil

Crea – 0218256973

Ygor Ribeiro de Lira Cano

Secretário Municipal de Infraestrutura